

Estado elege 125 escolas do ABC para o programa cívico militar e comunidade reage

George Garcia

Na última semana o governo de São Paulo, divulgou uma lista com centenas de escolas públicas estaduais que seriam elegíveis para ingressarem no Programa Escola Cívico Militar. No ABC são 125 colégios e só Rio Grande da Serra não teve nenhuma pré-selecionada. A subsede de Santo André da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) convocou para quarta-feira (03/07) um ato de protesto contra a intenção do governo estadual de colocar militares dentro das escolas. O manifesto vai acontecer na Concha Acústica, no Centro da cidade, à partir das 17h30.

A lista com das escolas elegíveis foi divulgada no início da semana e os diretores e vice-diretores destes colégios tinham até sexta-feira (28/06) para manifestarem posição se querem ou não ingressar no programa. Não houve tempo para a discussão com a comunidade escolar. A secretaria estadual de Educação não informou quantas das escolas elencadas tiveram o aceite da direção. O governo diz que haverá uma consulta a professores, pais e alunos, mesmo já tendo pedido o aval da direção dos colégios.

A diretora da subsede andreense da Apeoesp, Máira Machado, diz que a tendência nas escolas é recusar o ingresso no programa, porém a entidade também não tem números exatos sobre quantas das 38 escolas que figuram na lista das elegíveis, tiveram seus diretores dizendo sim à proposta do governo. “Essa medida vendida como a boa nova tem mais a ver com o disciplinamento de alunos e professores do que com a segurança. Não sabemos quantos diretores de escola aceitaram isso. Fomos até a Diretoria de Ensino duas vezes hoje para saber, mas não querem nos passar quais foram, até para que não haja luta dentro destas escolas. Coube à direção e vice-diretoria decidir, sem tempo nem para ouvir o conselho de escola, foi feito tudo de propósito para não dar tempo de ouvir a comunidade”, diz.

Para Máira, que leciona em escola de periferia, a população precisa saber do que se trata antes de decidir. “Claro que se disserem para um pai que a escola vai melhorar, ele vai dizer que concorda, mas o que está sendo feito é que questões

ultra-repressivas vão estar presentes como disciplinar o comportamento, o corte de cabelo e se já tivemos professor exonerado por defender a Palestina, imagina o que vai acontecer com um militar ouvindo o que se fala na escola, que é um lugar de ideias e de uma educação questionadora, querem quebrar a união que existe entre professores e alunos”.

“Na minha escola – a Professora Clotilde Peluso – tentaram colocar o sim para o governo e nós conseguimos discutir. Essa é a escola do Lucas, que foi morto pela PM e jogado na represa e a gente não quer que a polícia que matou o Lucas esteja dentro da escola”, diz Maíra Machado. A professora se refere ao menor Lucas Eduardo Martins dos Santos, de 14 anos que foi assassinado em 2019 e seu corpo encontrado no lado do Parque do Pedroso 18 dias após o crime. “O governo não está preocupado com a segurança dos alunos, se estivesse teria psicólogo na escola, teria café da manhã e lanche da tarde, porque eu tenho aluno que, com esse frio, vai para a escola de chinelo de dedo e toda essa miséria leva à violência também”, completa a educadora que espera reunir um grande número de pessoas de toda a região no ato desta quarta-feira na Concha Acústica.

A Educação do Estado não informou quais serão as próximas etapas do processo de adesão ao programa das escolas cívico militares. “A manifestação de interesse é apenas a primeira etapa de pré-seleção para unidades de ensino que passarão a oferecer o novo modelo de escola. Após a manifestação de interesse das escolas e verificação da Seduc-SP, se as escolas atenderem às especificidades para integrar o programa, todas as comunidades escolares poderão se manifestar sobre a inclusão por meio de consultas públicas, com regras e datas a serem divulgadas posteriormente. A expectativa da Educação é que o programa seja implantado entre 50 e 100 escolas em 2025. Em todos os anos seguintes, o prazo máximo para a manifestação de interesse, segundo a resolução, mantém-se como o dia 28 de junho”, diz nota da secretaria.

De acordo com o secretário executivo da Educação, Vinicius Neiva, o modelo não exclui nenhum outro programa da Seduc-SP em andamento nas escolas, uma vez que tem por objetivo complementar as ações pedagógicas e compartilhar com os estudantes valores como civismo, dedicação, excelência, honestidade e respeito. “Este é apenas mais um modelo de escola pública que estará disponível para a população do estado”, afirma Neiva.

A Educação de SP será responsável pelo currículo das unidades cívico-militares, a formação de professores e o processo de seleção dos monitores. Caberá à Secretaria da Segurança Pública apoiar a Secretaria da Educação no processo seletivo e emitir declarações com informações sobre o comportamento e sobre

processos criminais ou administrativos, concluídos ou não, em que os candidatos a atuar como monitores nessas unidades de ensino estão envolvidos. A SSP também estará à frente do desenvolvimento de atividades extracurriculares na modalidade cívico-militares, organização e segurança escolar.

O processo seletivo dos policiais da reserva e o pagamento de seus salários — será ao menos um PM por escola — caberá à Educação e deverá ter início após as consultas públicas. No caso de escolas municipais, a Segurança Pública colabora com as prefeituras e a seleção fica a critério das secretarias municipais. O investimento nas escolas cívico-militares será o mesmo já previsto nas unidades regulares. O impacto orçamentário já está incluso no custo de pessoal da pasta, cujo valor de R\$ 7,2 milhões será destinado, anualmente, para o pagamento dos militares.

AGU emite parecer contrário ao programa que coloca militar nas escolas de SP

A AGU (Advocacia Geral da União) emitiu um parecer para o STF (Supremo Tribunal Federal) que julga a Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo PSol contra Programa Escola Cívico Militar do governo paulista. O parecer aponta para a inconstitucionalidade da lei.

“A alocação de militares da reserva para a execução de atividades relacionadas à educação básica fora do sistema de ensino militar formal, ainda que na condição de apoio ou monitoramento, não encontra respaldo nas normas fundamentais do sistema educacional brasileiro, nem previsão compatível com a finalidade constitucional dessas instituições. A legislação sob invecção, ao adentrar indevidamente na seara de competência da União, institui um modelo educacional peculiar que extrapola os parâmetros legais estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecendo princípios e diretrizes que introduzem, no âmbito da gestão educacional, alicerçada nas normas federais básicas, um viés militar próprio – e exclusivo – do ensino militar, que é de caráter residual e regulado por legislação específica”, aponta Flávio José Roman, advogado geral da União, substituto, em seu parecer.

“Em suma, verifica-se uma flagrante infração às normas promulgadas pela União, no exercício de sua competência constitucional privativa para legislar sobre “diretrizes e bases da educação nacional. Por todo o exposto, conclui-se pela inconstitucionalidade formal da legislação impugnada na presente ação direta”, completa Roman.

Veja a lista das escolas elegíveis para o ensino cívico militar:

Diadema

ANA MARIA POPPOVIC
ANECONDES ALVES FERREIRA
ANTONILETA BORGES ALVES PROFESSORA
ERASMO BATISTA SILVA DE ALMEIDA
EVANDRO CAIAFA ESQUIVEL PROFESSOR
FABIO EDUARDO RAMOS ESQUIVEL
GREGORIO BEZERRA DEPUTADO
JOSE IAMAMOTO SOLDADO
MARIA CAROLINA CASINI CARDIM PROFESSORA
NICEIA ALBARELLO FERRARI PROFESSORA
ORIGENES LESSA
OSWALDO LACERDA GOMES CARDIM PROFESSOR
RICILANDO CANNO PROFESSOR
SYLVIA RAMOS ESQUIVEL

São Caetano

ALFREDO BURKART PROFESSOR
EDGAR ALVES DA CUNHA PROFESSOR
IDALINA MACEDO COSTA SOORE DONA
JOANA MOTTA PROFESSORA
MARIA DA CONCEICAO MOURA BRANCO PROFESSORA
MARIA TRUJILLO TORLONI
YOLANDA ASCENCIO PROFESSORA

Mauá

ANTONIO MESSIAS SZYMANSKI PROFESSOR
EMILIA CREM DOS SANTOS PROFESSORA
HANS GRUDZINSKI
JARDIM CRUZEIRO
JOSE DANIEL DA SILVEIRA
LUIS WASHINGTON VITA PROFESSOR
MARIA ELENA COLONIA PROFESSORA
MARIA EXPEDITA SILVA PROFESSORA
MARIA JOSEFINA KUHLMANN FLAQUER PROFESSORA

Ribeirão Pires

CASEMIRO DA ROCHA SENADOR
JUDITH FERREIRA PIVA PROFESSORA
ALVARO DE SOUZA VIEIRA
ANNA LACIVITTA AMARAL DONA
CASEMIRO POFFO PROFESSOR
FARID EID
FELICIO LAURITO DOUTOR
JOAO RONCON
JOSE GASPAR DOM

Santo André

LACERDA FRANCO SENADOR
16 DE JULHO
ADMINISTRADOR DE CAPITALHO PROFESSOR
AGNALDO SEBASTIAO VIEIRA PADRE
ANTONIO ABE CHARINAS
ANTONIO FRANCISCO RIVANELLO PROFESSOR
ARISTIDES GREVE PADRE
BENEDITO DE TOLEDO PIZA PROFESSOR
CAROLINA CACAPINA DE NELLO PROFESSORA
CARLOS DE CARPOS DOUTOR
CELSO AUGUSTO DANIEL PREFEITO ENGENHEIRO
CELZO GARRA DOUTOR
CLOTILDE PELUSO PROFESSORA
CRISTINA FITTIPALDI PROFESSORA
EDUCADOR PEDRO CIA
ESTHER MEDINA PROFESSORA
GABRIEL GONCALVES PROFESSOR
IVONE PALMA TODOROV RUGGIERI PROFESSORA
JORDI GALÉAO CARVALHAL SENADOR
JOSOUR LUCCO CARDOZO FILHO
JOSE AUGUSTO DE AZEVEDO ANTUNES PROFESSOR
JURREZ TAVORA WARECHAL
LUIZ LOBO NETO DOUTOR
MANOEL GARDINHI CASQUEL DOUTOR
MARIA DE LOURDES GUIMARÃES PROFESSORA
RIQUELINA PEDROSSI RAGANANI PROFESSORA
NACIR LESSA TOGNINI PROFESSORA
NACIR MIGUEL ELCHNER PROFESSOR
ODREY MARIA MARTINS SANTURBANO PROFESSORA
OTTO DE ABRIL
ORDIANA JANUARI CRESPO PROFESSORA
OSCARO DE PRILLA E SILVA PROFESSOR
OSWALDO PIRES DE CARPOS PROFESSOR
PAULO SI PARR
RENER CARAM PROFESSOR
SERGIO MILLIET DA COSTA E SILVA
VALDOMIRO SILVEIRA
VICENTE DE SAUNY

São Bernardo

ANTONIO CAPUTO
20 DE AGOSTO
ADRIAL SIOZ MILLER DOUTOR
ANDREI OLIVEIRO PROFESSOR
ANESIA LOUREIRO GARRA PROFESSORA
ANTONIO NASCIMENTO PROFESSOR
ARIFTON SENNA DA SILVA
BIETA NEVES DOUTOR
CARLOS PEZZOLO PROFESSOR
CLARICE DE MAGALHAES CASTRO PROFESSORA
CLOVIS DE LUCCA PROFESSOR
CYNIRA PIRES DOS SANTOS PROFESSORA
FAUSTINA PINHEIRO SILVA PROFESSORA
FAUSTO CARDOZO FIGUEIRA DE NELLO DOUTOR
FRANCISCO CRISTIANO LIMA DE FREITAS
FRANCISCO ERVINO PEREIRA NETO DOUTOR
FRANCISCO PRESTES MAIA ENGENHEIRO
ISRAEL DA SILVA JUNIOR PROFESSOR
JACOB CASSEB PROFESSOR
JEAN FISSET
JOAO FERMINO CORREIA DE ARAUJO DOUTOR
JOSE FORNARI DOUTOR
JOSE GONCALVES DE ANDRADE FIGUEIRA DOUTOR
JOSE JORGE DO AMARAL PROFESSOR
JULIETA VIANA SIMÕES DE SANT ANNA PROFESSORA
LAUDO FERREIRA DE CAMARGO MINISTRO
LAURO GOMES DE ALMEIDA
LUIS DOS SANTOS METALURGICO
LUZIA COLLADO QUEIROZ FONSECA PROFESSORA
MARCOS ANTONIO PRUDENTE DE TOLEDO PROFESSOR
MARIA IRACEMA MUNHOZ
MARIA LUZIA FERRARI CICERO PROFESSORA
MARIA REGINA DEBARCHI FANANI
MARCIO ANTUNES FERREZ PROFESSOR
MILTON ABUNDANCIA
NEUSA FIGUEIREDO MARCAL PROFESSORA
OSMAR DAIBERT REVERENDO
PALMIRA GRASSIOTTO FERREIRA DA SILVA PROF

ROBERT KENNEDY SENADOR
RUDGE BARROS
SANTA DALMOUS DEMARCHE
SANTA OLIMPIA
SERGIO VIEIRA DE NELLO DIPLOMATA
TEREZA DELTA
VLADIMIR HERZOG JORNALISTA
WILLIET COCKERNE SIMONSEN
YOLANDA NORONHA DO NASCIMENTO PROFESSORA
YVONE FRUTUOSO PRODOSSARO PROFESSORA

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3462253/estado-elege-125-escolas-do-abc-para-o-programa-civico-militar-e-comunidade-reage/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário

Seção: Educação